

“REFLEXÕES SOBRE O MUNDO ÁRABE CONTEMPORÂNEO”

O Sionismo e o nacionalismo árabe na Palestina, das origens às mitificações. Um resumo histórico.

Arlene Clemesha

Os movimentos nacionais, árabe e judeu, que disputaram o mesmo espaço geográfico, a Palestina, durante o século XX, surgiram simultaneamente em finais do século XIX. Apesar de simultâneos, inicialmente os dois movimentos não possuíam contato entre si, tendo surgido de fato em diferentes partes do mundo: na Europa central e oriental, no caso dos judeus, e no Norte da África e Oriente Médio, no caso do movimento nacional árabe.

O sionismo

Entre a fé no retorno a Sion que acompanhou a vida judaica na Diáspora desde a destruição do reino de Judá em 586 a.C., às vezes designada pelo termo impróprio de “sionismo religioso”, e o movimento político que empreendeu a colonização judaica da Palestina a partir do início do século XX, o sionismo político, há uma diferença fundamental, que não se resume às raízes religiosas do primeiro e laicas do segundo, mas que se encontra no fato de que enquanto o primeiro conformava os judeus à vida no exílio, o segundo impulsionava a sua imigração para a Palestina com o objetivo de ali fundar um novo Estado judeu.

A antiga “fé no retorno a Sion” se expressava nas preces dos judeus e se baseava na visão teológica de que o messias voltaria algum dia para reunir o povo judeu na terra da Palestina. Ela não gerava nenhum impulso à ação no sentido de uma imigração à Palestina, a não ser muito ocasionalmente e por parte de indivíduos ou pequenas comunidades religiosas. Para os judeus vivendo “nos poros” das sociedades medievais europeias, a “fé no retorno” era um dos elementos do seu equilíbrio precário -fundado, como diz Shlomo Avineri, sobre a desigualdade e a hierarquia, sobre a segregação e ao mesmo tempo a aceitação dos judeus na qualidade de uma comunidade religiosa inferior- porque permitia aos judeus interiorizarem o seu status de inferiores através de uma teologia do exílio. Era portanto um dos elementos que conformava os judeus à sua permanência nas diferentes partes do mundo: “A fé no retorno a Sion não desapareceu jamais. Mas o estudo da história mostra que, praticamente, os judeus não atribuíam mais importância à idéia do Retorno do que a maioria dos cristãos àquela do segundo advento de Cristo. Enquanto símbolo espiritual, sinal de integração e identificação com o grupo, tratava-se de um componente capital do sistema de valores. Mas enquanto elemento determinante da *praxis* histórica, de uma modificação da realidade pela história, tratava-se principalmente de uma visão consoladora”.¹

O sionismo como um movimento político moderno, que defendia a formação de um Estado judeu, preferencialmente na Palestina, foi precedido, na Europa do Leste, por um renascimento da língua hebraica enquanto meio secular para a expressão literária (evolução esta vista pelos rabinos como sacrilégio, uma profanação da língua sagrada). A Lituânia constituiu o centro desse desenvolvimento. Influenciados pelo contato com outras minorias nacionais, como as minorias alemã e polonesa daquele país, e pela corrente de pensamento da *Haskalah* (Luzes) judaica, os judeus da Lituânia começaram a impulsionar a sua própria cultura, a sua própria literatura, poesia, arte, enfim, expressão e educação em seu idioma. Constituíam-se entre os judeus um movimento laico de valorização de sua história e cultura, assim como faziam os membros das outras minorias nacionais. Entre as décadas de 1860 e 1880, surgiram os escritores e pensadores que ajudariam a configurar a ideologia sionista,

¹ AVINERI, Shlomo. *Histoire de la pensée sioniste*. Paris: J.C. Lattès, 1982, p. 14.

“REFLEXÕES SOBRE O MUNDO ÁRABE CONTEMPORÂNEO”

como Moses Hess, Leo Pinsker e Max Nordau. Nenhum deles provinha de um ambiente religioso e tradicional. Suas obras tiveram influência restrita ou, segundo alguns autores, praticamente nenhuma influência, em sua época.² A fundação do movimento sionista, em 1897, ficou a cargo do jornalista judeu austríaco, Theodor Herzl, que tomou a iniciativa para a criação do movimento sob o impacto da irrupção de uma violenta onda de anti-semitismo na França.³ Portanto, aquilo que entendemos hoje como sendo o sionismo, surgiu apenas no final do século XIX, e foi um movimento minoritário, não obstante crescente, entre os judeus, até a Segunda Guerra Mundial.

As obras dos precursores do sionismo se basearam em grande medida sobre uma visão crítica da sociedade europeia e o questionamento das conquistas da emancipação e suas conseqüências sobre a vida judaica. Eles presenciaram o retorno do anti-semitismo na Europa ocidental e o seu acirramento na Europa oriental. Para o filósofo Moses Hess, autor de *Roma e Jerusalém* (Leipzig, 1862), o judaísmo constituía uma nação capaz de se renovar apenas na Palestina, onde a questão judaica seria resolvida mediante a criação de uma economia nacional baseada na agricultura, na indústria e no comércio. Em 1882, Leo Pinsker, médico judeu assimilado e residente em Odessa, publicou em alemão o folheto *Autoemancipação* (1882), que incitava os judeus a uma atividade nacional, já que o anti-semitismo seria inextirpável. Pinsker, juntamente com Perez Smolenskin, de Viena, cujos escritos destacavam a dignidade nacional do povo judeu, ressuscitaram o movimento denominado *Chibbat-Zion* (Amor a Sion), ao qual se somaram judeus fiéis à tradição. As suas atividades eram principalmente filantrópicas e chegaram a formar alguns pequenos grupos de imigrantes para a Palestina (conhecidos como *Bilu*). Nos anos 1890, Ahad Ha-Am (Ascher Ginsberg), elaborou uma doutrina sionista laica que ficaria conhecida como o “sionismo espiritual”, em franca oposição ao sionismo político e pragmático de Herzl. Para Ahad Ha-am, a Palestina teria que ser considerada, antes de mais nada, o centro cultural e espiritual do povo judeu e o sionismo deveria ter como objetivo a preservação e a renovação do judaísmo. Principalmente após 1905, o ideólogo do sionismo espiritual contribuiria para a ressurreição da cultura judaica e da língua hebraica.

O I Congresso Sionista, convocado por Herzl na Basiléia em 1897, fundou o movimento sionista internacional e elegeu Herzl como o seu primeiro presidente. Como finalidade do sionismo, o Congresso determinou a criação de uma pátria judaica na Palestina (outros países, como Uganda e Argentina, seriam cogitados nos anos sucessivos, mas veementemente rechaçados pela ala religiosa do movimento) mediante a garantia de um tratado político. Para realizar esse objetivo, deveriam se empregar distintos meios: 1) fomento da colonização da Palestina por trabalhadores agrícolas e industriais judeus; 2) federação e associação de todo o judaísmo, através de adequadas instituições locais e internacionais, de acordo com as leis de cada país; 3) promoção e consolidação das idéias e sentimentos nacionais judeus. A organização sionista era formalmente neutra em relação à religião, o que não excluía uma forte influência dos grupos religiosos no seu interior. Ciente de que o movimento sionista por si só não possuía os meios nem os recursos para levar a cabo o deslocamento de grandes contingentes populacionais judeus para a Palestina e criar ali um Estado judeu, Herzl, desde o início, buscou apoio para o projeto sionista junto aos principais países europeus.

Para Perry Anderson, “o movimento sionista fundado por Herzl foi uma variedade do nacionalismo étnico do século XIX. (...) Duas características, no entanto, marcaram a posição dos judeus. Por um lado, não ocupavam um território em comum (e não falavam uma língua

² Cf. RODINSON, Maxime. *Cult, ghetto and state*. Londres: Al Saqi, 1983, p. 143.

³ Referimo-nos à onda de anti-semitismo ocorrida por ocasião do Caso Dreyfus, mencionado no capítulo II da presente tese.

“REFLEXÕES SOBRE O MUNDO ÁRABE CONTEMPORÂNEO”

em comum); estavam espalhados em bolsões em todo o território. Pelo outro lado, possuíam uma tradição religiosa muito antiga que forneceu uma base alternativa -mediata ou imediata- de identidade, relacionada a uma terra natal sagrada fora da Europa. Estabelecendo como objetivo a criação de um Estado judeu na terra de Israel, o sionismo pôde mobilizar reservas de energia teológica e cultural mais do que capazes de compensar a falta de uma base lingüística ou territorial. Ainda assim, os obstáculos para a criação de um Estado nacional a milhares de quilômetros de distância do local de origem do movimento, em um território há muito tempo habitado por outros, sob o governo de um Estado vasto representado outra fé religiosa, teriam sido insuperáveis não fosse por outro fator, que tornaria o sionismo mais do que apenas mais um movimento nacional de sua época. (...) A sombra do anti-semitismo recaía sobre todos os judeus, independente do grau de riqueza ou poder que poderiam atingir, ligando todas as fileiras da vida judaica, da mais alta à mais baixa, como demonstrou o Caso Dreyfus -o episódio que deflagrou o sionismo. Mas na *Belle Époque* o topo do judaísmo europeu ainda assim desfrutava de um acesso aos círculos governantes da Europa imperialista para além dos sonhos de qualquer outra nacionalidade oprimida da época. Sem esta paradóxica dupla determinação, de cima e de baixo, o sionismo jamais teria atingido os seus objetivos.⁴ Portanto, para Perry Anderson, enquanto a principal base de identidade do movimento sionista provinha da tradição religiosa, e sua fonte de aglutinação, do anti-semitismo, o fator político que viabilizou o empreendimento veio dos principais países imperialistas da Europa. Assim sendo, o sionismo constituiu, na sua visão, um movimento nacional étnico europeu que se realizou na qualidade de colonialismo europeu além-mar.

O surgimento do nacionalismo Árabe

O movimento de emancipação nacional árabe surgiu, no final do século XIX, simultaneamente no Egito (sob domínio britânico desde 1882) e no Líbano (parte do Império otomano), sendo o primeiro dirigido contra o dominador britânico e com um caráter pan-islâmico e o segundo contra o domínio turco, sem o elemento religioso pan-islâmico, já que os dominantes turcos também eram muçulmanos, mas com a característica de um movimento cultural, de revolta contra a imposição do idioma turco sobre o árabe. Com o idioma árabe excluído dos colégios muçulmanos, o renascimento do arabismo cultural deveu-se em grande parte à ação de jovens árabes cristãos, principalmente os chamados enciclopedistas libaneses, al-Bustani e al-Yaziji, que em 1857 fundaram a Sociedade Científica Síria, em Beirute. O incipiente nacionalismo árabe, enfrentou de imediato duas classes de dificuldades: a repressão das autoridades otomanas (a Sociedade foi prontamente dissolvida e suas atividades foram declaradas subversivas) e a dificuldade para reunir, em um grande movimento árabe, uma população dividida internamente em clãs e aldeias rivais. O projeto de uma Nação árabe foi concebido pela primeira vez pelo sírio Najib Azuri, que liderou o gradual despertar da consciência nacional nas principais cidades da Síria, Líbano e Palestina. Com a ascensão do regime dos Jovens Turcos, em 1908, com suas tendências ultranacionalistas, a oposição dos líderes árabes se intensificou e suas demandas passaram da reivindicação da autonomia para a independência nacional. Os representantes palestinos no seio do movimento eram principalmente os membros das famílias mais importantes da região, os Nashashibi e Husseini de Jerusalém, Abd al-Hadi de Jenin, Tamimi de Nablus e os al-Said de Jaffa.

Do início do século XX à Primeira Guerra Mundial, o movimento cresceu em proporções, organização e importância. Ele lutou pela derrubada do Império otomano mas não pôde pôr

⁴ ANDERSON, Perry. Scouring towards Bethlehem. *New Left Review*, Londres, nº 10, jul./ago. 2001.

“REFLEXÕES SOBRE O MUNDO ÁRABE CONTEMPORÂNEO”

em seu lugar a desejada Nação árabe, sendo confrontado a partir de agora com novas forças de dominação da região: o imperialismo, britânico e francês principalmente, e o sionismo.

Sobre o mito da “terra sem povo”

Nos primórdios do movimento sionista, enquanto Theodor Herzl ainda cogitava regiões como Uganda e Argentina como possíveis locais para a construção nacional judaica, surgiam os argumentos a favor do território da Palestina: além de ter abrigado (há mais de dois milênios) os antigos reinos de Israel e Judá, este seria, naquele momento, uma porção menor do Império otomano, uma “terra sem povo para um povo sem terra”.

Esta concepção equivocada durou até cerca de 1905 e, em certa medida, até 1914. Ela tinha sua origem menos numa crença verdadeira por parte das lideranças sionistas de que a Palestina era inabitada e mais no preconceito típico do “olhar colonizador europeu sobre o Oriente”. A Palestina seria assim uma terra “vazia” que receberia o progresso das mãos dos colonizadores judeus. Não faltaram relatos de imigrantes judeus, do período da chamada segunda *aliá* (1905-1914), abismados ao descobrirem que a Palestina era sim habitada e ao perceberem que o seu papel era o de expulsar os habitantes, na maioria camponeses pobres, de suas terras. Não era outro, senão este, o sentido dos pilares da implantação sionista desde os seus primórdios: a chamada “conquista da terra” (a compra de terras pela Agência Nacional Judaica, de proprietários tipicamente feudais e ausentes, seguida da expulsão dos camponeses que dela tiravam sua subsistência e implantação de assentamentos agrícolas exclusivamente judeus) e a “conquista do trabalho”, que consistia no esforço para o emprego exclusivo de mão de obra judaica em todos os ramos da produção agrícola e industrial. Isto significava um boicote aos trabalhadores árabes, que vinha crescendo por um boicote aos produtos árabes.

Nas palavras de Herzl, confiadas a seu diário a 12 de junho de 1895, tratava-se de “favorecer a fuga da população miserável para além da fronteira, negando-lhe emprego... Tanto o processo de expropriação como a remoção dos pobres deve ser executada discreta e cuidadosamente”. Meio século depois, em 18 de julho de 1948, já seria possível a Ben Gurion escrever em seu diário que “devemos fazer tudo para assegurar que eles [os refugiados palestinos] jamais retornem”.⁵

Portanto, esmaecia a concepção da “terra sem povo”, na medida em que justamente começava a expulsão dos árabes palestinos. Apenas para ser substituída por outra mistificação, aquela que dizia que os árabes da Palestina de forma alguma constituíam uma entidade étnica ou cultural, quanto mais nacional. Semelhante visão foi expressa notadamente por Golda Meir, quando afirmou que “não havia palestinos na Palestina que se considerassem a si mesmo como povo palestino, e que nós tivéssemos vindo expulsar... não existiam tais palestinos”.⁶ É bem conhecida também a declaração de Ben Gurion de que “no sentido histórico e moral” a Palestina era uma terra “desabitada”. Esta concepção perduraria pelo menos até a década de 1970.

Na realidade, vimos que o movimento nacional palestino surgiu no início do século XX como parte do nacionalismo geral árabe contra a dominação turca, e assumiu a forma de um nacionalismo especificamente palestino na década de 1920 quando confrontado com a instauração do Mandato britânico da Palestina, o incremento da imigração judaica, e a ameaça de se tornarem uma minoria em seu próprio país. Assim, não obstante a debilidade estrutural do movimento, reflexo da organização social feudal palestina e o domínio político

⁵ BAR ZOHAR, Michael. *Ben Gurion: the armed prophet*. [S.l.]: Prentice-Hall, 1967, p. 157.

⁶ *Sunday Times*, Londres, 15 jul. 1969.

“REFLEXÕES SOBRE O MUNDO ÁRABE CONTEMPORÂNEO”

nas mãos de alguns clãs familiares, ele protagonizou, entre 1936 e 1939, uma revolta palestina de grandes proporções.

Alguns estudiosos do movimento nacional palestino chegam a assinalar que esta foi, de fato, a Primeira *Intifada*. Esta caracterização, cuja importância não é apenas semântica, contribui para evitar o erro histórico de se atribuir a origem do atual conflito à Guerra dos Seis Dias, de 1967: ignorando a política deliberada de expulsão dos árabes de todo o território palestino, inerente ao sionismo desde a implantação do projeto colonizador, e que atingiu o seu ápice na guerra de 1948 que criou o problema dos refugiados palestinos. A versão oficial israelense que diz ter sido o êxodo de pelo menos 700.000 palestinos em 1948, ordenado pelas lideranças árabes, foi refutada pela historiografia já na década de 1950. O tristemente célebre massacre de Deir Yassin, durante a guerra de 1948, foi apenas um, dentre os vários massacres perpetrados contra a população civil palestina no contexto de uma política de limpeza étnica, amedrontamento e incitamento à fuga dos árabes palestinos. Em 1967, a vitória israelense na guerra traduziu-se novamente em ataques sistemáticos e deliberados às aldeias árabes, execuções sumárias de supostos terroristas, expulsões forçadas e o incitamento à fuga, além de massacres deliberados, o bombardeio de colunas de refugiados por esquadrões de Mirages israelenses e o emprego de napalm contra as populações civis. Novamente cidades e aldeias inteiras (muitas das quais habitadas pelos refugiados de 1948) foram eliminadas do mapa a ponto de não sobrar vestígio de sua existência. Entre as principais localidades arrasadas estava a cidade de Kalkilya (16.500 habitantes), além das aldeias de Sufir (4.900 habitantes), Jiftlik (6.000 habitantes) Amuas, Yulo e Beit Nuba (conhecida por suas magníficas casas de pedra, cuidadosamente erguidas, rodeadas de árvores, oliveiras, abricoteiros e vinhas), para citar apenas alguns casos. Grande parte das casas palestinas era de construções pobres e até precárias, mas a população atônita não podia compreender porque os *bulldozeres* arrasavam inclusive casas bonitas e arrancavam árvores inteiras (qualquer relato da época o comprova). A resposta, talvez, residisse na própria necessidade de se provar que antes de Israel não havia nada na Palestina.